



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

**Informação nº 926/16 – ASJUR/CELIC**

**Porto Alegre, 19 de julho de 2016.**

**Assunto: Recurso. Anulação PE nº 157/2016**

**Processo nº 004152-24.00/15-6 (Recursos 001014-24.00/16-2 e 001017-24.00/16-0)**

A COPREG/CELIC solicita manifestação quanto ao recurso apresentado pela licitante Enprol Engenharia e Projetos Ltda. contra a anulação do Pregão Eletrônico nº 157/CELIC/2016, que tem por objeto a contratação de empresa para realização de serviço de atualização cadastral dos imóveis do Estado.

A recorrente insurge-se contra a notificação que informa a necessidade de anulação do presente certame.

Preliminarmente, destaca-se que o recurso protocolado obedece ao estabelecido no artigo 109, I, 'c' da Lei Federal n.º 8.666/93, atendendo aos pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal. Nestes termos, faz-se pertinente a análise de mérito do Recurso Administrativo.

Desta forma, passamos a discutir o mérito do recurso.

O recorrente demonstra-se inconformado com a necessidade de anulação do pregão. Sustenta que o ato da Administração em desclassificar todas as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi acertado e que não haveria necessidade de anular todo o certame.

Sem razão.



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DA MODERNIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

Conforme já explanado na *Informação nº 832/16 ASJUR/CELIC*, o Edital nº 157/2016 afrontou diretamente o artigo 6º da Lei Estadual nº 13.706/11 no momento em que permitiu a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no certame.

Assim, a Administração tem o dever de anular o certame já que o vício constatado não é sanável, uma vez que as ME e EPP participaram da sessão do pregão eletrônico, oferecendo lances e negociando preços.

O STJ já se manifestou quanto a necessidade de anulação dos atos administrativos viciados, *in verbis*:

*ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ART. 49 DA LEI 8.666/93.*

**1. A Administração Pública constatando vícios de qualquer natureza em procedimento licitatório tem o dever de anulá-lo, em homenagem aos princípios da legalidade da moralidade e da impessoalidade.**

**2. Maçã Justen:** *"Revelado o vício de nulidade, o ato administrativo deve ser desfeito. Tratando-se de anulação, o obrigatório desfazimento não pode ser impedido por direito adquirido. Como se reconhece de modo pacífico, ato administrativo inválido não gera direito adquirido". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 6ª ed. Dialética, pp. 465/467).*

**3. Recurso improvido.**

*(REsp nº 686.220/RS, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado. Julgado em 17.02.2005)*



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DA MODERNIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

Desta forma, sugerimos que o recurso apresentado pela empresa Enprol Engenharia e Projetos Ltda. seja indeferido, uma vez que a anulação do certame se faz necessária tendo em vista a ilegalidade contida no Instrumento Convocatório.

Contudo, à consideração superior.




**Carlos Freitas Orellana**

Assessoria Jurídica – CELIC

De acordo.

Encaminhe-se à COPREG/CELIC nos termos propostos.

Em 19.7.2016.



**Alexandre Costa Mércio**

Coordenador ASJUR/CELIC



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DA MODERNIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS

**Processo nº 004152-24.00/15-6**

**Destino: DELIC/CELIC**

**Assunto: Recurso. Anulação PE nº 157/2016**

Diante das considerações expostas pela Assessoria Jurídica/CELIC, por intermédio da Informação nº 926/16 – ASJUR/CELIC, **DECIDO** por conhecer o recurso e, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**.

Notifiquem-se as empresas interessadas.

Em 19.07.2016.

---

Diretor do Dep. de Licitações Centralizadas/CELIC

*Jairo Peres de Oliveira*  
Ident. Func. 2419084/01